



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007467-42.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Setorfres Indústria e Comercio de Maquinas e Acessórios para Embalagens Plásticas Ltda e outros**
 Embargado: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

SETORFRES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E ACESSÓRIOS PARA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA, VLADimir MESSIAS BERNARDO MOREIRA e SANDRA HELENA MOREIRA, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando ilegalidade do redirecionamento da execução aos sócios, cerceamento de defesa pela ausência de notificação, iliquidez e inexecutabilidade do título e a aplicação de multa com efeitos confiscatórios.

A Fazenda Pública apresentou impugnação, alegando que a dissolução irregular da empresa, sem deixar bens, autoriza o redirecionamento da execução contra os sócios e que o débito foi declarado e não pago, pelo próprio contribuinte, sendo desnecessário processo administrativo, tratando-se de lançamento por homologação.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Consoante reiterado entendimento jurisprudencial, no caso de encerramento irregular das atividades da empresa, é possível o redirecionamento da execução contra os sócios com poder de gerência.

Nesse sentido, inclusive, é o teor da Súmula 435 do STJ, citada pela própria embargada.

A certidão de fls. 41 constata que houve encerramento irregular.

Por outro lado, o documento de fls. 37 evidencia que a sócia Sandra não tinha poder de gerência e que a sua participação na sociedade era de apenas R\$ 100,00.

Assim, não se justifica a sua permanência no polo passivo.

O mesmo não se dá com o sócio Vlademir, que tinha poder de gerência.

Por outro lado, a certidão de dívida ativa contém todos os requisitos exigidos. Inexiste processo administrativo. Menos ainda se haverá falar em auto de infração. Trata-se de débito declarado pelo contribuinte. Nesta espécie de imposto é feito o autolancamento ou lançamento por homologação, em que o contribuinte realiza quase que todas as tarefas necessárias à constituição do crédito tributário, apurando o montante do tributo devido, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

terá a obrigação de recolher independente de qualquer participação direta da administração tributária.

Assim, ao declarar o *quantum* do imposto a recolher, o contribuinte realiza confissão extrajudicial, com a mesma eficácia probatória da judicial (art. 353 do Código de processo Civil), sendo prescindível qualquer procedimento administrativo.

Neste sentido:

EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - Tributo objeto de autolançamento - Confissão do contribuinte configurada - correção e validade do título executivo, independente de procedimento administrativo e de expressa homologação - embargos improcedentes - recurso não provido.

Tratando-se de tributo objeto de autolançamento, ocorre autêntica confissão do contribuinte, além de submissão à aleatoriedade do controle do fisco. (Jurisprudência do Tribunal de Justiça-lex 145/78, Rel. MATHIAS COLTRO)

A certidão da dívida ativa, como afirmado, indica o valor do débito e a legislação que autoriza a cobrança de juros e multa.

Estas verbas têm origens diversas. Os juros constituem frutos do capital e a multa é uma sanção aplicada em virtude do inadimplemento.

A questão é antiga e a jurisprudência já firmou entendimento no sentido de que, não pago o tributo no prazo legal, incidem juros de mora e multa que, na situação, é de 20%.

Assim se orienta a jurisprudência: ICMS - AUTOLANÇAMENTO - Incidência do artigo 142, do CTN - Desnecessidade de notificação - Aplicabilidade da Lei nº 10.175/98 - Sentença mantida - Recurso improvido. Do corpo do v. acórdão destaca-se: cuida-se de embargos à execução de ICMS, declarado e não pago no prazo regulamentar. Trata-se do chamado lançamento por homologação, previsto no artigo 150, do CTN, e adotado pela legislação tributária estadual. Com o autolançamento, surge a obrigação do pagamento do tributo no prazo regulamentar, sem prévio exame pela Administração. Caso não ocorra o pagamento, a Administração pode inscrever a dívida, para futura execução, independentemente de procedimento administrativo, eis que ocorreu o requisito da falta de pagamento, conforme o artigo 201, do Código Tributário Nacional. Dentro desse regime, não há lugar para notificações para pagamento, conforme quer a apelante, uma vez que o débito foi, por ela mesma, declarado, não havendo necessidade de qualquer outra providência. Não há, também, porque excluir-se a aplicabilidade da Lei nº 10.175/98, pois, o tributo cobrado se refere a janeiro de 1999, não havendo qualquer desrespeito ao princípio da anterioridade. Referida Lei dispõe sobre a taxa de juros de mora, incidentes sobre impostos estaduais, e, ainda, sobre a suspensão da atualização monetária dos débitos fiscais, a partir de 1º de janeiro de 1999. Do exame da Certidão da Dívida Ativa (fls 3), verifica-se que foram cobrados os juros de mora, de acordo com o estabelecido na referida Lei, e que não foi cobrada a correção monetária, conforme dispõe o artigo 2º, do mesmo Diploma.” (Ap. Cível 169.888-5/3-00, Presidente Bernardes, Relator Desembargador Antonio Carlos Malheiros, fonte Jurid, 35ª ed., 2008).

A multa de 20% foi aplicada de acordo com os artigos 87 e 98 da Lei 6374/89, observada a nova redação introduzida pelo inciso X do artigo primeiro da lei estadual 9399/96.

Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva da sócia Sandra Helena Moreira



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

e determino, em relação a ela, a extinção do processo, nos termos do artigo 267, VI do CPC, fazendo-se as retificações e comunicações necessárias.

No mais, julgo IMPROCEDENTE o pedido.

Tendo havido sucumbência recíproca, em maior grau dos embargantes, condeno as partes a ratear as custas, bem como em honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), tudo na proporção de 80% para os embargantes e 20% para a embargada, que é isenta de custas, na forma da lei.

Prossiga-se, oportunamente, na execução.

P R I

São Carlos, 26 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**